

## **Cidadania negada: questões de interseccionalidade entre classe, gênero e raça em *Cidadã de Segunda Classe* (1974), de Buchi Emecheta**

Citizenship denied: gender and race issues in *Second Class Citizen* (1974), by Buchi Emecheta

Cátia de Jesus Lima<sup>85</sup>

Alessandro Wiederkehr<sup>86</sup>

Resumo: Este artigo propõe uma leitura do romance *Cidadã de Segunda Classe*, da escritora nigeriana Buchi Emecheta (Florence Onyebuchi), analisando como a construção narrativa da obra mobiliza questões de gênero, raça e dupla colonização na constituição da experiência feminina negra. Argumenta-se que a obra promove uma significativa ressignificação das formas de representação literária ao deslocar o olhar hegemônico da tradição ocidental e colocar no centro da narrativa a experiência de mulheres negras, grupo historicamente marginalizado pelos discursos coloniais e patriarcais. Neste sentido, busca-se compreender como a escrita de Emecheta problematiza relações de poder, identidade, cidadania e memória, questionando discursos eurocêntricos que sustentaram determinadas formas de representação da alteridade. A leitura fundamenta-se nas contribuições teóricas de Grada Kilomba (2019), Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Chimamanda Ngozi Adichie (2010), cujas reflexões possibilitam um olhar crítico sobre os processos de silenciamento, representação, resistência e descolonização presentes nas obras dessa autora.

Palavras-chave: Buchi Emecheta, racismo, gênero, pobreza, diáspora.

---

<sup>85</sup> Mestre em Estudos de Literatura, Universidade Federal de São Carlos. E-mail: catialima@estudante.ufscar.br

<sup>86</sup> Mestre em Estudos de Literatura, Universidade Federal de São Carlos. E-mail: alessandro.wiederkehr@estudante.ufscar.br

**Abstract:** This article proposes a reading of the novel *Second Class Citizen* by the Nigerian writer Buchi Emecheta (Florence Onyebuchi) and analyzes how its narrative construction mobilizes gender, race, and double colonization to shape the black female experience. It argues that the work promotes a significant resignification of literary representation by displacing the hegemonic gaze of the Western tradition and placing black women at the center of the narrative, a group historically marginalized by colonial and patriarchal discourses. In this sense, it seeks to understand how Emecheta's writing problematizes relations of power, identity, citizenship, and memory, questioning Eurocentric discourses that sustained certain forms of representation of alterity. The reading draws on the theoretical contributions of Grada Kilomba (2019), Gayatri Chakravorty Spivak (2010), and Chimamanda Ngozi Adichie (2010), whose reflections enable a critical examination of the processes of silencing, representation, resistance, and decolonization present in this author's works. **Keywords:** Buchi Emecheta, racism, gender, poverty, diaspora.

## INTRODUÇÃO

As obras de Buchi Emecheta, entre elas *Cidadã de segunda classe*, destacam-se por sua importância na produção literária feminina como dispositivo de reflexão sobre a representação de grupos historicamente silenciados a partir do olhar do *Outro*, resignificando questões de gênero, raça e pobreza. Neste sentido, tentaremos observar como a obra de Buchi Emecheta promove uma discussão sobre como estas questões interseccionais exercem força opressora na vida das mulheres negras, determinando o não-lugar destas mulheres, a condição de subalternidade, tanto no contexto africano pós-colonial quanto no britânico, figuradas na trajetória da personagem Adah e sua determinação em transcender as desigualdades e as arbitrariedades das estruturas de poder socioculturais que estabelecem o lugar e o papel feminino. A narrativa de *Cidadã de Segunda Classe*, cujo teor, notoriamente “autobiográfico dos fatos narrados a partir das experiências da personagem, é profundamente semelhante” (Lemos, p. 137) às da autora e revela como seu “ativismo intelectual, capaz de

produzir novos conhecimentos e transformar a consciência, pode estimular uma política de empoderamento.” (Collins, 2019, p. 16)

Buchi Emecheta nasceu na cidade de Lagos, na Nigéria, em 1944, mas viveu sua infância quase toda, em Ibusa, terra de seus pais. Adorava ouvir as histórias contadas pelos mais velhos com verdadeira paixão. Estudou em uma escola missionária para meninas. A vida difícil, causada pela pobreza e escassez, e a perda do pai marcaram sua infância e adolescência, porém, estas adversidades não a impediram de concretizar seus sonhos. Em 1954, ganhou uma bolsa de estudos em uma escola elitista em Lagos. Neste período, Emecheta perde sua mãe e passa a viver da boa vontade de parentes que não se interessavam pelo bem-estar da jovem. Aos 11 anos, noivou com o estudante Sylvester Onwordi e, aos 16, já estavam casados. Depois do nascimento dos dois primeiros filhos dos cinco que o casal teria, mudam-se para Londres. Após constantes abusos e violência no infeliz casamento, Emecheta divorcia-se e passa a viver só com os filhos. Sem ajuda financeira para sustentar as crianças, ela arruma trabalho em uma biblioteca em Londres. Trabalhando durante o dia e estudando à noite, graduou-se em Sociologia. Após algum tempo, surge a oportunidade de escrever para a coluna do periódico *New Statesman*. Os textos publicados na coluna se tornariam seu primeiro livro, intitulado *No fundo do poço, de 1972, seguido por Cidadã de segunda classe, de 1974*, este último, que iremos apresentar. Buchi Emecheta faleceu em 2017, deixando 15 romances, 1 biografia, peças de teatro e livros infantis. Ela inspirou muitas escritoras e leitoras em todo o mundo.

*Cidadã de Segunda Classe* tem um teor autobiográfico, contudo, devemos lê-la como ficção já que “sua tessitura é dotada do aparato estético exigido pela composição do texto ficcional” (Chagas, p. 15-36). Ambientada nos anos 60, na Nigéria, a narrativa é contada em dois momentos e espaços distintos – a infância de Adah Obi, que se passa em Ibusa, apresentando a história de uma menina de oito anos que, desde seu nascimento, sofre com a violência e a disparidade de gênero e que tinha o sonho de conhecer a Inglaterra, de frequentar a escola e de estudar, atividades incomuns para as mulheres que fazem parte da mesma cultura. E sua vida após sua ida à Inglaterra – lugar em que ela enfrenta as opressões que recaem sobre as figuras femini-

nas não pertencentes aos centros hegemônicos, determinando seu lugar culturalmente hierarquizado pelas relações de poder.

### O NÃO-LUGAR: A CIDADANIA NEGADA DE ADAH

A breve narrativa da infância da protagonista em *Cidadã de Segunda Classe* aponta para alguns fatores relevantes para a discussão que iniciaremos neste artigo. Primeiramente, o não-lugar destinado à Adah em uma sociedade extremamente patriarcal é o fio condutor que conduzirá o leitor por essa narrativa que, dentre outras questões, denuncia violências e desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres igbos naquele contexto. A narradora começa contando sua história ao leitor a partir das memórias da infância, revelando de início a subalternidade e insignificância da mulher negra “que desde seu nascimento já é irrelevante perante os pressupostos da tradição.”<sup>87</sup> Nesse primeiro momento, Adah surge relembando eventos relacionados à sua infância, e a primeira lembrança que transborda da sua memória é sobre o fato de que seu nascimento ocasionou o desapontamento para os seus pais, para sua família e também para sua tribo, pois todos esperavam um menino. Isto ficou evidente quando Adah, já adulta, se deu conta de que seu nascimento não tinha sido registrado e que só tinha noção mais ou menos da sua idade porque lembrava vagamente que havia nascido durante a Segunda Guerra Mundial.

A ausência do registro marca esse *não-lugar* destinado às mulheres igbos, uma vez que a valoração masculina está ligada à tradição desse povo. Dessa forma, Adah, mesmo com pouca idade, entendeu que ela vivia em um *não-lugar* e que teria que buscar meios para conquistar aquilo que inconscientemente existia dentro de si, uma Presença, um sonho, conforme descrito abaixo:

Sabe, aquele tipo de sonho que parece que sai de lugar nenhum, mas que sempre soubemos que existe. Dava para senti-lo, ele podia até di-

---

<sup>87</sup> Chagas, Silvania Núbia. Instinto de sobrevivência: o feminismo negro em *Cidadã de segunda classe*, de Buchi Emecheta. *Scripta Uniandrade*, v. 19, n. 2 (2021), p. 15-36. Curitiba, Paraná, Brasil

rigir nossos atos; primeiro de forma inconsciente, até virar uma realidade, uma Presença. (Emecheta, 2021, p. 11)

A *Presença* escrita em inicial maiúscula pode ser lida como um sentimento, uma força responsável por mobilizar conscientemente a protagonista, uma vez que, entendendo seu *não-lugar* naquele contexto familiar e social, precisou pensar estratégias e atuar externamente para que seu sonho se concretizasse. Dessa forma, a mobilização externa iniciou quando Adah, conscientemente, resolveu agir para mudar aquela realidade: decidiu começar a estudar, pois, o acesso à educação foi uma das primeiras estratégias criadas pela protagonista para conseguir sua emancipação dentro daquela sociedade conservadora. A partir desta constatação, Adah concentra todas as suas forças no objetivo de frequentar a escola. Ela sabia que os igbos davam muita importância aos estudos, contudo, o direito a uma boa educação era privilégio dos meninos. Esta centralização estendida à educação escolar dos meninos pode ser observada no trecho a seguir:

A escola era uma coisa que os igbos levavam a sério. Estavam se dando conta depressa de que só o estudo poderia salvá-los da pobreza e da doença. Todas as famílias igbos providenciaram escolas para seus filhos. Mesmo assim, em geral a preferência ficava com os meninos. (EMECHETA, 2021, p. 13)

Adah entendeu que realizar o sonho de estudar naquele contexto era quase impossível. Apesar da escola ser relevante para as famílias igbos, a prioridade era que os meninos estudassem e não as meninas. No caso da menina, seu irmão Boy deveria estudar, não ela. Todavia, após observar todos os amigos em fila, na entrada do colégio, Adah decide que iria frequentar as aulas na Escola Metodista, onde seu vizinho, Sr. Cole, lecionava. Com esta certeza, resolve ir à escola sem avisar sua mãe, fato que causa uma grande confusão e um transtorno que levou a família à delegacia:

Na verdade, rolava o maior escarcéu. Pa fora chamado do trabalho, Ma estava com a polícia, que a acusava de abandono de menor, e a menor que havia provocado todo aquele escândalo era a pequena Adah, olhando para eles amedrontada e ao mesmo tempo triunfante. Levaram Ma para a delegacia e a obrigaram a tomar um grande pote de gari com água. *Gari* é uma espécie de farinha sem sabor feita de

mandioca. Quando cozida e consumida com sopa, é uma delícia. Mas crua, com água, do tipo que Ma foi obrigada a beber, virava uma verdadeira tortura, na verdade, purgativa!

Aqueles policiais! Adah ainda estava tentando entender de onde eles tiravam todas as suas leis não escritas (Emecheta, 2021, p. 17)

Dessa forma, o primeiro desafio que ela encontrou foi convencer seus pais a colocá-la na escola. Entretanto, o convencimento não aconteceu como Adah havia previsto, pois a quase prisão da mãe e a ida à escola sem consentimento dos pais, custou-lhe muitas bengaladas, uma forma violenta de castigo, ao qual a menina já estava habituada. Situação que pode ser observada no trecho a seguir: “As coisas não ficaram tão ruins quanto ela havia pensado que ficariam. Pa foi buscar a bengala e lhe aplicou algumas pancadas por conta de Ma. Adah não se incomodou, porque as bengaladas não foram muito fortes.” (Emecheta, 2021, p. 19).

A menina consegue realizar o seu desejo de estudar, mas logo surgiram alguns obstáculos. Depois de algum tempo na escola, seu pai iria ao hospital e não voltaria mais. Pela tradição dos Igbos, as meninas órfãs ficavam na tutela de parentes para realizar os serviços domésticos. A jovem não se incomodava em trabalhar desde que pudesse frequentar a escola e seus parentes não se opunham, contando que não precisassem gastar nenhum dinheiro com ela. Certo dia, recebeu dois xelins para comprar carne, a mesma quantia que precisava “para se inscrever no exame de admissão da escola dos sonhos”; quando descoberta, foi punida:

Depois da ardência das primeiras pancadas, sua pele endureceu e seu coração também. Ela começou a contar. Quando chegou a cinquenta, o primo Vincent pediu a Adah que chorasse um pouco. Se pelo menos ela chorasse e pedisse piedade, ele interromperia o castigo. Mas Adah não mordeu a isca. Começou a ver a si própria como mártir; estava sendo punida por aquilo em que acreditava. (Emecheta, 2021, p. 33)

Vivendo à mercê de uma parentela que não se importava com seu bem-estar nem com seu futuro, Adah precisou superar muitos desafios para alcançar seu primeiro objetivo: continuar seus estudos. Naquela nova vida, ela conviveu com humilhações e com o desprezo do primo Vincent. Mais uma vez compreendeu que teria que lidar com os desafios para continuar estudando, como também teria que viver

debaixo do mesmo teto de alguém que ela odiava: “[...] não gostava mais do primo Vincent. Sempre que se ajoelhava para rezar, costumava pedir a Deus para que o mandasse para o inferno. Não acreditava naquela história de amar inimigos. Afinal de contas, Deus não gostava do diabo.” (Emecheta, 2021, P. 34). Nesta passagem, fica evidente o tratamento destinado às mulheres, a opressão sexista determinada pela hierarquização das relações naquela sociedade, cuja “construção ideológica mantém a dominação masculina” (Spivak, 2010, p. 67). Adah se concentrou em seus pensamentos e resistiu às investidas do primo, resistindo como manifesto contra aquela estrutura patriarcal, lutando por seus ideais.

Adah vivia sozinha e debaixo de um domínio com o qual não estava acostumada, visto que recebia do pai o apoio de que precisava, mas, no contexto atual, o primo Vincent a desprezava da mesma forma que os seus outros parentes. As relações de poder em sociedades tradicionais mantêm e sustentam a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis, cujas ideologias ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores (Aronovich, 2019).

De acordo com Collins (2019), a manutenção do patriarcado também ocorre nas instituições escolares, reproduzindo e perpetuando “práticas do passado” como negar às mulheres negras o acesso a “uma educação de qualidade”, fomentando “esse padrão de privação de direitos.” Por sua vez, Stuart Hall (2003) conceitua a cultura estruturada socialmente nas relações de poder, em “uma guerra de posições”, e essa coerção, segundo ele, absorvida pelas “relações hegemônicas”, leva ao “deslocamento” e a novas posições e pressões. A complexidade destas relações nos remete ao conceito de “etnicidade dominante; a identidade negra é atravessada por outras identidades, inclusive de gênero e orientação sexual”. As relações de poder perpassam pela intersecção de raça, classe e gênero, fato percebido por Adah e que Spivak (2010) conceitua como subalternidade em seu livro *Pode a subalterna falar?* Segundo a autora, respondendo à pergunta que compõe o título da obra, afirma que não! Não é permitido à subalterna falar, pois a ela é reservado o lugar da marginalidade, de cidadã de segunda classe, condição esta que Adah se negará a assumir.

Neste sentido, ir à escola significava para a protagonista superar, ascender a uma vida com maior representatividade. A jovem usa todo tipo de estratégia para conseguir realizar este sonho, o que, nas palavras de Patrícia Hill Collins (2019), se define como um “ativismo intelectual” e político em busca de seu lugar de reconhecimento dentro das estruturas e das relações de poder que a oprimiam.

#### DA MARGEM AO CENTRO: A DESCOLONIZAÇÃO DE ADAH

Passado algum tempo, a jovem conhece Francis, que, à primeira vista, parece ser um bom rapaz. Decide casar-se com ele, contrariando as expectativas da sua família, que esperava ganhar um bom dote por ela. Logo após o casamento, Adah consegue trabalho no Consulado Americano como bibliotecária e dá à luz a sua primeira filha. O sonho de ir à Inglaterra ganha forma. Ela incentiva Francis a ir estudar no Reino Unido e, desta forma, a diáspora é vista como possibilidade de melhorar e ter mais independência. De acordo com (Chagas, 2021), “as mulheres solteiras não tinham permissão para entrar no Reino Unido”, mas como ela já estava casada com Francis, só precisava que ele aceitasse ir para a Inglaterra. As coisas não aconteceram como ela esperava, pois teve que ficar cuidando dos pais de Francis, enquanto o marido ia na frente. Quando vai atrás do esposo e chega à terra dos sonhos, é muito mal-recebida pelo rapaz; as acomodações e os vizinhos no novo país contrariavam muito as expectativas de Adah, o que a faz queixar-se com o marido das más condições, situação que acaba irritando-o:

Você deve saber, querida jovem *lady*, que em Lagos você pode ser um milhão de vezes agente de publicidade para os americanos; pode estar ganhando um milhão de libras por dia; pode ter centenas de empregadas; pode estar vivendo como uma pessoa da elite, mas no dia em que chega à Inglaterra vira cidadã de segunda classe. De modo que você não pode discriminar seu próprio povo, porque todos nós somos de segunda classe. (Emecheta, 2021, p.58)

Neste momento, Adah se dá conta de que mesmo em um país desenvolvido como a Inglaterra, ela está fadada à subalternidade por conta da sua origem. A partir daí, passaria a sofrer todos os tipos de

abusos e violência doméstica, além de ter que sustentar Francis e os filhos. Em sua primeira noite com companheiro, após a fria acolhida e a constatação das péssimas condições de moradia, às quais ela e seus filhos estavam submetidos, “Adah achou que Francis a odiava” (Emecheta, 2021, p. 59). Naquela noite, conheceu pela primeira vez a outra face do companheiro e, mesmo depois de terem feito as pazes, uma preocupação atormentava a mente da protagonista, “a ideia de que durante algum tempo deveriam evitar filhos” [...] “Mas como ia pedir prudência a um homem que estava além da razão? O processo todo foi um ataque selvagem como o de qualquer animal” (Emecheta, 2021, p. 59). Chimamanda Ngozi Adichie descreve, em sua análise sobre a cultura Igbo, a diferença de direitos entre homens e mulheres: “os nigerianos foram criados para achar que as mulheres são inerentemente culpadas. E elas crescem esperando tão pouco dos homens que a ideia de vê-los como criaturas selvagens, sem autocontrole, é de certa forma aceitável” (Adichie, 2018, p. 29).

O casamento e a maternidade, na narrativa em tela, tornam-se instituições de opressão social e psicológica a ponto de Emecheta mostrar, por meio das possibilidades desta narrativa, uma Nigéria que, mesmo antes de colonizada, já travava lutas físicas e ideológicas em prol da manutenção dos valores e das tradições do povo Igbo. Essas instituições opressivas que organizam as relações de poder no tecido social, denunciadas por Emecheta, estão estruturadas em uma educação binária que subjuga e tolhe o desenvolvimento da plenitude da mulher nigeriana. Segundo Adichie (2018), as mulheres são educadas a se anularem para não ameaçarem a masculinidade do sexo oposto:

Ensina-mos as meninas a se encolher, a se diminuir, dizendo lhes: “Você pode ter ambição, mas não muita. Deve almejar o sucesso, mas não muito. Senão, você ameaça o homem. Se você é a provedora da família, finja que não é, sobretudo em público. Senão, você estará emasculando o homem. (p. 26).

Após três meses de sua chegada à Inglaterra, esperando mais um filho, Adah consegue um emprego em uma biblioteca pública. Com efeito, trabalhar para ela é mais do que uma forma de sustento, é o *agenciamento* de sua condição de subalternidade, ou seja, é “a capa-

cidade do oprimido agir sobre as circunstâncias históricas e sobre os eventos”, que o afetam, “com autonomia” (Bonnici, 2007, p. 18), potencializando suas atividades “no campo ideológico” em que age, pois, “para ela estava ótimo, ser uma cidadã de primeira classe durante a parte do dia em que trabalhava numa biblioteca limpa” (Emecheta, 2021, p. 67).

A obstinada força de Adah em romper as condições históricas de opressão, assim estruturadas no tecido social, que subjuga os povos colonizados e que, para as mulheres, significa uma “dupla colonização” já que elas não são só subjugadas pela hegemonia imperial patriarcal do centro, mas também, pelo patriarcalismo que permeia e estabelece as relações de poder entre homens e mulheres originários das colônias, evidencia a consciência *agenciada* da personagem em resistir às ações opressoras do centro hegemônico. Esta obstinação pode ser observada nas reflexões de Adah sobre o trabalho e os vizinhos:

O que mais a preocupava era a descrição “de segunda classe”. Francis ficara tão condicionado a essa expressão que não só estava fazendo jus a ela como sentindo prazer com a situação. Ficava o tempo inteiro pressionando Adah a conseguir um emprego numa fábrica de camisas. Adah se recusava. A última coisa que ela faria era trabalhar numa fábrica. Afinal, tinha vários diplomas, tanto de nível básico como de secundário, e parte do Diploma da Associação Profissional da Biblioteca Britânica, para não falar na experiência. Por que iria trabalhar ao lado dos vizinhos que mal começavam a juntar as letras, em lugar de imprimi-las? Alguns deles não sabiam nem falar inglês, embora o idioma estivesse se tornando uma linguagem coloquial para a maioria dos igbos. Para arrematar o assunto, aquelas pessoas eram iorubás, do tipo de iorubá analfabeto que tem prazer em fazer pouco de tudo o que for igbo. Mas Francis se dava muito bem com eles, e eles insistiam com Francis para que ele a obrigasse a aceitar o tipo de trabalho considerado adequado para as mães de família, em especial as negras. (Emecheta, 2021, p. 60).

Adah se nega a aceitar a ordem opressiva estabelecida aos grupos oprimidos e às mulheres negras e suas reflexões promovem questionamentos importantes sobre a interseccionalidade de raça, gênero e classe, como ponderou Kilomba (2019, p. 68) no excerto seguinte: “Neste sentido, a margem não deve ser vista apenas como um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possi-

bilidades”. Este movimento de consciência que Adah faz da margem ao centro é um processo doloroso, que muitas vezes impõe desafios enormes, haja vista, “a emancipação feminina continua sendo uma luta no período pós-colonial e um desafio para que a mulher, outrora duplamente colonizada, possa continuar sendo **agente** de sua história”(Bonnici, 2007, p. 112), mas permite desenvolver um espaço de reflexão onde pode-se questionar as relações de poder e desafiar a autoridade imperial central nos discursos hegemônicos. Ainda de acordo com Kilomba:

A margem se configura como um “espaço de abertura radical” e criativa onde novos discursos críticos se dão. É aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como ‘raça’, gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas. (Hooks<sup>88</sup>, 1989, p. 149 *apud* Kilomba, 2019, p. 68)

A resistência às estruturas dominantes ocorre quando se desenvolve a consciência da condição de oprimido e, a partir deste lugar, possibilita-se o exercício de pensamentos críticos, propondo alternativas mais favoráveis e justas para *ser sujeito* dentro dos espaços socioculturais hegemônicos. Kilomba (2019) argumenta que esta resistência à opressão é “nutrida pela margem”, entendendo este lugar como um espaço de questionamentos, que possibilita transformar e “imaginar mundos alternativos e novos discursos.” Nesta transição da margem ao centro, Adah passa por um processo de transformação e individuação importantíssimo; um processo de conscientização de *si* que permite a desconstrução da representação da *branquitude* como identidade heterogênea superior em detrimento da *negritude*, propondo possibilidades e alternativas para superar a ordem supracista eurocêntrica.

De acordo com hooks: “isso é o que Malcolm X chamou de desconcolonização de nossas mentes e imaginações: aprender a pensar e ver tudo com novos olhos, a fim de entrar na luta como sujeitos e não como objetos” (Hooks<sup>89</sup>, 1994, p. 7 *apud* Kilomba, 2019, p. 69). Por

---

<sup>88</sup> hooks, bell. **Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black.** Boston: South End Press, 1989.

<sup>89</sup> hooks, bell. **Teaching to Transgress.** Education as the Practice of the Freedom. London: Routledge, 1994.

meio das estruturas da estética ficcional, a autora-protagonista põe em discussão a problemática das mulheres não originárias do centro ocidental e a sistemática subordinação interseccionalizada na raça, gênero e classe, “questionando se os pressupostos liberais válidos para a mulher ocidental são, necessariamente, as melhores opções para outras mulheres” (Bonnici, 2007, p. 56), para superarem as explorações sexistas próprias da dominação patriarcal herdadas dos “regimes coloniais”.

Os questionamentos de Adah caracterizam a descolonização do *eu* pela qual a narradora está se transformando. Pela análise dessa discussão sobre a narrativa de *Cidadã e Segunda Classe*, Emecheta nos proporciona a oportunidade de refletir de forma mais profunda sobre a violenta realidade das questões raciais enraizadas nas sociedades atuais. Kilomba (2019), em seu livro *Memórias da plantação - episódios de racismo cotidiano*, argumenta como a escravização e a colonização fizeram parte de um projeto político para a hegemonia europeia e discute, pelo viés da psicanálise, como esse “racismo cotidiano reencena” os traumas passados decorrentes do violento processo colonial, “um trauma colonial que foi memorizado” (Kilomba, 2019, p. 213). Nas caminhadas de Adah após o trabalho, ela observava, admirada, no trajeto, as vitrines dos restaurantes, imaginando que um dia, quando Francis estivesse formado e trabalhando, ele a levaria para jantar em um desses lugares. Nestas reflexões, Adah analisa toda aquela estrutura social e como as relações de poder determinam não só o lugar social das pessoas negras, mas também o lugar inconscientemente oposto ao da branquitude, uma imagem inconsciente de si mesmo em relação ao sujeito branco que impõe uma hierarquia racial indelével como uma cicatriz psíquica. Essas reflexões da narradora podem ser observadas em:

Em geral, suas caminhadas eram pela Finchley Road, admirando todas as vitrines dos restaurantes pelos quais passava. Costumava dizer para si mesma que, quando Francis se formasse e ela tivesse virado bibliotecária, Francis iria levá-la para comer naqueles restaurantes. Sentia que, em seu caso, era um sonho vazio. Mesmo que Francis se formasse, ele nunca teria coragem de levá-la a um restaurante. Não em Londres, pelo menos, porque acreditava firmemente que aqueles lugares não eram para negros. Adah sabia que a cor dele, sua sensação de negror, estavam firmemente ancoradas em sua mente. Sabia

que havia discriminação por toda parte, mas a mente de Francis era um território fértil no qual esse tipo de atitude podia crescer e prosperar. Ela, pessoalmente, se tivesse dinheiro, teria entrado num daqueles lugares sem vacilar e tinha certeza de que seria atendida. (Emecheta, 2021, p. 86)

Ao afirmar que “se tivesse dinheiro, teria entrado num daqueles lugares sem vacilar”, Adah promove um ato de resistência às estruturas dominantes, a “descolonização da mente”, o que, nas palavras de Kilomba (2019, p. 224), se trata do “desfazer do colonialismo”. “Politicamente, o termo descreve a conquista da autonomia por parte daquelas/es que foram colonizadas/os e, portanto, envolve a realização da independência e da autonomia.” A teórica discorre que o racismo cotidiano pode ser entendido, de forma metafórica, como o “próprio ato de colonização”, haja vista, que o outro branco age sobre o sujeito negro, “moldando este pelo viés de “fantasias invasivas de subordinação”, seja na rua, na academia ou em qualquer outro espaço social, as pessoas negras “se tornam colônias metafóricas.” Quando Adah observa que Francis, mesmo tendo condições, “nunca teria coragem de levá-la a um restaurante”, em Londres não, “porque acreditava firmemente que aqueles lugares não eram para negros”, ela compreende que ele reconhece-se como “*outra/o*” dentro da triste dinâmica que o torna diferente do *sujeito branco*, “A Outridade”; ela “sabia que a cor dele, sua sensação de negror, estavam firmemente ancoradas em sua mente” e “que a mente de Francis era um território fértil no qual esse tipo de atitude podia crescer e prosperar”, Adah entende que “o racismo cotidiano estabelece uma dinâmica semelhante ao próprio colonialismo: uma pessoa é [...] encerrada em fantasias *brancas* do que ela deveria ser.” (Kilomba, 2019, p. 224). Aprofundando-nos na conceituação de Grada Kilomba, nas palavras da teórica, a aproximação do racismo cotidiano ao passado colonial se dá porque este não foi e não pode ser esquecido, como “uma lembrança coletiva de opressão racial, insultos, humilhação e dor”. Neste sentido, para a autora:

A ideia de “esquecer” o passado torna-se, de fato, inatingível; pois cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. Essa configuração entre passado e presen-

te é capaz de retratar a irracionalidade do racismo cotidiano como trauma. (Kilomba, 2019, p. 213)

Grada Kilomba (2019), escritora e teórica, formada em psicologia, psicanálise e doutora em filosofia, em seus estudos sobre gênero, raça, pós-colonialismo, na linha de Frantz Fanon e bell hooks, discute em sua obra questões de racismo cotidiano, argumentando que o termo *plantação*, expressão componente do título do seu livro, atua como um símbolo metafórico de lembranças dolorosas das atrocidades cometidas no processo de colonização cuja rememoração dessa dor emerge quando há ocorrências de racismo cotidiano, assim como a dor de uma ferida que vem à consciência quando a cicatriz é tocada. Ela conceitua a *memória*, nos termos da teoria de Freud, como o registro das experiências mais significativas de uma pessoa, mas que, em alguns casos, devido à repressão, algumas dessas experiências ficam indisponíveis à consciência. Por outro lado, para a autora, o trauma se define como um evento de extrema violência na vida da pessoa “que não se pode simplesmente esquecer e não se pode evitar lembrar” (Kilomba, 2019, p. 213). Nesta chave de leitura, a teórica aproxima o racismo cotidiano às experiências traumáticas decorrentes da colonização, “a escravização, o colonialismo e o racismo cotidiano necessariamente contêm o trauma de um evento para o qual a cultura não fornece equivalentes simbólicos”, cujos “efeitos perturbadores e duradouros que ele traz à organização psíquica” aos quais o sujeito não pode responder adequadamente (Kilomba, *op. cit.* p. 214).

O supracitado pode ser observado na relação da narradora com uma mulher britânica chamada Trudy, a qual era paga para cuidar dos filhos de Adah. Ao perceber mudanças no comportamento de seus filhos, a Adah vai até a casa de Trudy para se certificar de que as crianças estavam sendo bem tratadas, qual não foi sua surpresa ao encontrar a mulher com um homem, que segundo as conclusões da narradora, não era marido daquela e seus filhos brincando, sem nenhuma supervisão, no lixo acumulado no quintal da casa. Adah questiona-se como tal mulher pôde ter conseguido o registro para trabalhar como cuidadora. Ao acionar a responsável pelo serviço social infantil, a Srta. Stirling, ela se surpreende ainda mais, “na verdade,

não conseguia acreditar em seus ouvidos; simplesmente presenciava aquilo estarrecida,” Trudy desmentiu Adah, inventando mentiras absurdas, a narradora ouvia a mulher “destruir para sempre um dos mitos em que acreditava porque era o que haviam lhe ensinado: que os brancos não mentem” (Emecheta, 2021, p. 77). Na passagem citada, submergindo na trama da narrativa, pode-se confrontar como:

dolorosos efeitos do trauma mostram que as/os africanas/os do continente e da diáspora foram forçadas/os a lidar não apenas com traumas individuais e familiares dentro da cultura *branca* dominante, mas também com o trauma histórico coletivo da escravização e do colonialismo reencenado e restabelecido no racismo cotidiano, através do qual nos tornamos, novamente, a/o “Outra/o” subordinado e exótico da branquitude. (Kilomba, 2019, p. 215)

Ao ser confrontada pelo discurso dominante branco de Trudy, Adah se dá conta de que não se trata só de quem fala ou não a verdade, mas de qual discurso tem validade e mais poder dentro do centro hegemônico. Após entender que a cuidadora não seria advertida muito menos responsabilizada por negligenciar os cuidados às crianças, a narradora põe-se a questionar, em seus pensamentos, o status dominante da branquitude:

Mas Adah não conseguia parar de pensar no que havia descoberto: que os brancos eram tão falíveis quanto qualquer pessoa. Havia brancos maus e brancos bons, assim como havia negros maus e negros bons! Por que, então, eles diziam que eram superiores? (Emecheta, 2021, p. 77)

Após descobrir que Francis era amante de Trudy, que seu filho, Vicky, havia contraído meningite por conta dos maus tratos e por estar em um ambiente insalubre, após várias ocorrências de violência doméstica e maus tratos com ela e seus filhos, a protagonista não aguentando mais, separa-se de Francis. Este, diante do juiz, nega-se a reconhecer a paternidade das crianças e sugere deixá-las para adoção. Neste momento, Adah, tomada por “uma força imensa”, afirma que os filhos são dela: “Não se preocupe, senhor. Os filhos são meus e isso basta. Enquanto eu viver, eles podem contar comigo.” (Emecheta, 2021, p. 251). Então, ela sai do tribunal com os quatro filhos.

Estas entre outras reflexão sobre a condição da subalternidade e a dupla colonização das mulheres negras no centro britânico e a resistência em superar os entraves sociais entre raça, gênero, classe, Adah consegue atingir a condição de descolonização e o reconhecimento de si como *Sujeito* de sua própria vida, podendo fazer suas próprias escolhas, agenciando sobre condições históricas para obter possibilidades mais justas e autônomas. Segundo Kilomba (2019), este estado de descolonização indica um estado interno no qual: “não existe mais como a/o “Outra/o”, mas como o eu. Somos sujeitos, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade.” (Kilomba, 2019, p. 238)

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a obra *Cidadã de Segunda Classe*, de Buchi Emecheta discute sobre os entraves relacionados às questões de “dupla colonização” que segundo Bonnici (2018), define a forma como as mulheres originárias das colônias são subjugadas pelo “poder imperial” e pela dominação patriarcal “colonial e doméstica.” O autor afirma que a opressão do período colonial às mulheres é perpetuada através de estereótipos ainda presentes no período pós-colonial. Essa condição está relacionada intimamente com as questões de raça, gênero e classe. Segundo Collins (2019, p. 57), a opressão que recai sobre as mulheres atua em diferentes dimensões a quais ela nomeou *interseccionalidade e matriz de dominação* cuja primeira refere-se às formas particulares de opressão que permeiam raça, gênero, classe, “formas de opressão” que “agem conjuntamente na produção de injustiças”; já a segunda diz respeito ao modo como essas “opressões interseccionais” se organizam. Neste artigo tentamos discutir essas questões observadas e apontadas no primeiro momento em *o (não) lugar: a cidadania negada de Adah*, onde discutimos sobre as forças opressoras na vida das mulheres negras determinando o *(não) lugar* destas mulheres, a condição de subalternidade tanto no contexto africano pós-colonial quanto no britânico. E no segundo momento, *da margem ao centro: a descolonização de Adah* quando discutimos sobre a personagem Adah e sua determinação em transcender as de-

sigualdades e as arbitrariedades das estruturas de poder socioculturais que estabelecem o lugar e o papel femininos.

A discussão supracitada está nas bases do projeto literário de Emecheta. Ela afirma “que não há liberação cultural sem a liberação da mulher e que dar poder às mulheres é o objetivo primordial numa sociedade pós-colonial.” (Bonnici *apud* Petersen, 1995)<sup>90</sup>. Em *Cidadã de Segunda Classe*, Buchi Emecheta, ao criar uma narrativa de teor autobiográfico, que fomenta a discussão sobre questões de interseccionalidade entre raça, gênero e diáspora, nos fala “de sua invisibilidade e de seu silenciamento no Reino Unido contemporâneo” (Collins, 2019, P. 34). Assim, a autora revela como seu “ativismo intelectual”, promove não só um novo olhar para questões das mulheres negras, como também, uma nova consciência de si como “*Sujeito*” e não como o “*Outro*”. Essa consciência se consolida como uma proposta de empoderamento, mostrando como o pensamento feminista negro trabalha em favor das mulheres negras, mas o faz em conjunção com outros projetos similares de justiça social (Collins, 2019, P. 25).

A obra de Buchi Emecheta é imprescindível na ampliação dos debates sobre a emancipação feminina, raça e classe por meio da autobiografia. “As narrativas autobiográficas, através da ficção, acrescentam elementos cruciais à realidade subjetiva, pois elencam questões que suscitam questões que há muito vêm sendo tratadas” (Chagas, p.17). A narrativa de *Cidadã de Segunda Classe* destaca-se pela originalidade, levando o leitor a vivenciar e refletir sobre a condição da mulher negra nas encruzilhadas das questões de raça, gênero, classe e diáspora.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Tradução De Christina Baum. - 1ª ed. - São Paulo: Editora Reviravolta, 2018.

---

<sup>90</sup> Petersen, K. H. First things: problems of a feminist approach to Africans literature. In Ashcroft, B.; Griffiths, G.; Tiffin, H. *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995.p. 251-254

ARONOVICH, Lola. Prefácio. In: LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: A história da opressão das mulheres pelos homens*. Trad. Luiza Sellera. Ebook S2 Books. 1ª edição digital. São Paulo: Cultrix, 2019.

BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literárias femininas: conceitos e tendências*. Maringá - Eduem, 2007. 297 p.

CHAGAS, Silvania Núbia. Instituto de sobrevivência: o feminismo negro em Cidadã de segunda classe, de Buchi Emecheta. *Revista Scripta Uniandrade*. Disponível em:

<<https://doi.org/10.55391/2674-6085.2021.2079>> Acesso em 10 ago 2023.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

EMECHETA, Buchi. *Cidadã de segunda classe*. Trad: Heloisa Jahn. – Porto Alegre: Dublinense, 2018.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1ª ed. – Rio de Janeiro, 2019.

LEMO, Maria Isabel. “Cidadã de segunda classe”: sujeitos femininos e a fragmentação identitária no mundo pós-colonial. *Revista Têssera*, do GT "Imaginário, Literatura e Deslocamentos Culturais". Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/TES-vono-2021-60699>>

Acesso em 10 ago 2023

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: ed. UFMG, 2010.